

A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PÓS 70: UMA REVISÃO

Selva Guimarães Fonseca*

"A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que denominam uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época."

ANTONIO CANDIDO, 1967. In MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo, Atica, 1980, p 22.

Fazer um balanço daquilo que constitui "experiência de muitos": o processo de construção/reconstrução da História. Tarefa demais intimidadora; embora cada vez mais a História se interesse por sua própria história.

Qual o significado da necessidade, do desejo de conhecer ou reencontrar as várias Histórias? Sinais de ruptura? Ausência de certezas, de caminhos previamente definidos? Ou o fato de a ilusão da ordem, de desenvolvimento e até mesmo de subdesenvolvimento já não nos atrair mais?

É este o momento que vivemos hoje: momento em que refazemos e repropomos nossas práticas sociais de múltiplas formas, deixando de nos guiar pelas certezas que durante muitos anos alimentaram nossas consciências.

Neste contexto, o repensar da temática História enquanto produção acadêmica se justifica, visto que suscita confrontações, questionamentos e desdobramentos que foram acumulados e até mesmo dissimulados nos últimos anos.

Assim, pretendemos discutir algumas considerações sobre a produção historiográfica pós 70, analisando as articulações em torno do caminho percorrido pela pesquisa em História Social no Brasil contemporâneo.

Segundo MOTA, a partir desta época a historiografia brasileira vai viver uma "série de impasses marcados por revisões radicais e aberturas

* Professora do Dep. de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da UFU.

críticas", num contexto em que "linhas de produção são cortadas com a neutralização radical ou eliminação dos intelectuais orgânicos"¹.

O insucesso político das perspectivas dos intelectuais tornou necessário "um debruçar-se sobre si mesmo". Os intelectuais viram-se diante da urgência de encarar de frente o estatuto de sua própria produção e começaram a se interrogar sobre o lugar ocupado por esse mesmo discurso e sobre os temas daí decorrentes².

Este processo lento deve ser, pois, analisado levando em conta as transformações ocorridas na sociedade brasileira, ou seja, as condições históricas da produção historiográfica e do produtor. E, dessa forma, o historiador passa a questionar a História a qual trabalha: "em nome de quem, em nome de quê e de onde ele fala?".

Esta tomada de consciência, de certa forma, coloca em questão, a partir daí, as premissas do saber histórico, os fundamentos da própria História. Passam a ser discutidas e redefinidas diversas abordagens a partir de uma crítica ao campo da História tradicional única e globalizante.

Como parte deste mesmo processo passamos a viver a expansão do campo da história através da busca incessante de outros temas silenciados na Historiografia brasileira. A História Social passa a ter um papel fundamental neste "alargamento" ou "dilatação" do território temático a ser pesquisado.

A História Social passa a viver "da elaboração de novas questões, de uma releitura dos documentos e da exploração de novas fontes, do reconhecimento e da prospecção de novos campos de investigação"³.

Analisando a produção acadêmica no Brasil, percebemos neste período a ampliação dos cursos de História em todo o país e a emergência de novos grandes centros de pesquisa em História, tais como UNICAMP e Federal Fluminense.

Entre as setecentas e sessenta e uma (761) teses e dissertações produzidas pelas Universidades brasileiras no período de 1973/1985, a maior parte constitui trabalhos relativos à História política tradicional e, no caso da política brasileira, se concentram no período Regencial, seguido do Colonial e da República⁴.

1. MOTA, Carlos G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ática, 1980.

2. DECCA, Edgar de. *O Silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p.38.

3. DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF e outros. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979. p.131.

4. CORREIA, Carlos H. *Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em História, 1973-1985*. Florianópolis, UFSC, 1987, p.11.

Em se tratando da História Social, observamos que a maior parte da produção se realiza nas Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como que foi incorporada uma diversidade de interesses e articulações temáticas, constituindo, como diz LE GOFF, "um jogo complexo de interações e deslocamentos que torna impossível o recurso simplista às noções de infra e supra-estrutura"⁵.

Se até então a História Social esteve presa aos limites da análise da classe operária e de sua participação política no sentido estrito⁵, passamos a ter uma reinvenção da história da própria classe operária, além de um prolongamento ao universo social mais amplo como a família, o lazer, a sexualidade, as mulheres, a festa, a feitiçaria, a loucura, etc...

A nova produção da Historiografia Social Brasileira se inspira basicamente na Historiografia Social Inglesa e na nova História Francesa ligada à obra de Michel Foucault.

A importância de Foucault para a nossa produção acadêmica se manifesta na definição dos objetos como construções históricas criando condições de possibilidades para a investigação de temas "marginais" como a sexualidade, a prisão, a loucura, para através dos mesmos analisar os mecanismos de funcionamento da sociedade.

Além disso, o percurso da História do poder ou, como dizia ele, dos poderes, é de enorme importância para a análise das instituições sociais e das formas de controle social tão eficientes no nosso cotidiano.

A sedução da análise foucaultiana sobre o poder reside no fato de não considerá-lo apenas negativo, destruidor e sim positivo, produtor, e não localizado apenas num lugar determinado, mas constituído de relações que se cruzam e se formam em todos os setores do social. E, dessa fonte, os historiadores passam a ler as relações políticas.

Para Foucault, a "História é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas"⁶.

Sem dúvida, ele propõe um deslocamento das preocupações da História, justificando a "atração" multiforme que exerce sobre os

5. LE GOFF, op. cit., p.13.

6. FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1984.

historiadores ávidos em resgatar os processos de dominação que não se restringem aos locais de trabalho, mas nos múltiplos e diversos espaços de vivência social.

Desta forma, ao propor uma nova leitura do social, chama nossa atenção para a relação saber/poder e proclama uma nova forma de escrita da História.

Com relação à outra matriz, a Historiografia Social Inglesa, podemos dizer que a obra de E. P. Thompson, apesar de só muito recentemente publicada no Brasil, contribuiu fundamentalmente para os avanços de nossa História Social.

Em suas obras "Formação da Classe Operária Inglesa" e "Miséria da Teoria", estão esboçadas algumas reflexões que inspiram um repensar de novas abordagens sobre a história das classes trabalhadoras, possibilitando uma revisão dos estudos marxistas sobre a classe, além de colocar em questão as premissas do próprio conhecimento histórico.

A Historiografia Social Brasileira, pensando a História como um campo de possibilidades em que se cruzam diferentes caminhos de lutas e resistências, busca romper com modelos estreitos e reducionistas, compartilhando assim com Thompson a idéia de que "as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer 'agora', 'manipula' a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação"⁷.

Neste sentido, a noção de classe deixa de ser uma mera "categoria" e passa a ser vista como uma "relação encarnada num contexto real", em que "homens e mulheres experimentam suas situações em relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre uma situação determinada"⁸.

Este redimensionamento da noção de classe tem enriquecido os estudos sobre classe trabalhadora na medida em que os historiadores se desprendem das análises restritas à exploração do trabalho e às organizações formais como os sindicatos.

E, ainda, seguindo o percurso de Thompson, a consciência de classe passa a ser encarada como a forma pela qual a experiência é

7. THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981; p.189.

8. THOMPSON, E. P., *op.cit.*, p.182.

pensada em "termos culturais": tradições, sistema de valores, idéias e formas institucionais.

Isto coloca o historiador diante da necessidade de "captar e problematizar momentos do processo de constituição das classes, de sua luta e analisar angulações particulares da articulação entre trabalho, classe, sociedade, dominação e exploração, cotidiano, vida, educação, religião, família, etc..."⁹.

Neste sentido, a abordagem Thompsoniana resgata a ação dos homens, enquanto sujeitos produtores de sua história, processo ativo do fazer-se de uma cultura.

Ainda que por caminhos distintos, Thompson e Foucault colocam para os historiadores a possibilidade do alargamento do conceito de Política. Enquanto prática histórica, a política, "campo de lutas de classes", deixa de se localizar na superestrutura, para se situar em lugares diferentes permeados por relações de dominação/resistência.

Portanto, as duas abordagens são recorrentes nos novos estudos historiográficos, reconhecendo as diferenças entre ambas. Edgar de Decca assinala a importância de não se confundir os percursos das duas tendências, salientando que, "para Thompson, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua história e, por isso, a ênfase é dada à questão da experiência de classe e do fazer (making) de uma cultura. Com os seguidores de Foucault acentua-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação das instituições basilares da sociedade"¹⁰.

À luz destas leituras, os pesquisadores brasileiros têm procurado tematizar novas reflexões no campo da História Social. Neste sentido, a produção acadêmica da Universidade de Campinas, por exemplo, nos dá uma mostra significativa de articulações em torno das abordagens historiográficas discutidas mais recentemente na Europa e nos Estados Unidos.

Graças a isto e ao acesso a novas fontes documentais, como o arquivo Edgar Leuenroth, estes novos estudos vêm superando os limites impostos pelo peso da tradicional historiografia brasileira.

A maioria dos trabalhos ali produzidos e defendidos a partir de 1980 tratam da História Social do Trabalho durante a chamada Primeira

9. FENELON, Déa R. Trabalho, cultura e História Social. Perspectivas de Investigação. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC, nº 4, junho/85, p.28.

10. DECCA, Edgar de. "Prefácio". In: *Do cabaré ao lar*. São Paulo, Paz e Terra, 1985, p.111.

República; outros rompem com o fatalismo contrário à contemporaneidade e mergulham na análise de experiências mais recentes, tais como MARONI, Amnérís (A estratégia da Recusa).

Estes estudos, baseados em investigações profundas, apontam várias questões até então silenciadas na nossa historiografia, desde a análise das condições de trabalho no interior das Indústrias Paulistas¹¹, passando pela participação dos trabalhadores no processo político institucional - Estados e Partidos¹², até a análise das chamadas formas "surdas" de dominação e resistência e o cotidiano deste trabalhador além dos muros da Fábrica¹³.

Devemos salientar as tentativas de se resgatar as lutas operárias dos Anarquistas no início do século XX^{14 e 15}, lutas estas que não apareceram na nossa historiografia, seja da esquerda ou da direita. Além disso, surgem novos estudos que tratam das dimensões do trabalho da mulher e do negro neste período^{16 e 17}.

Um bom exemplo para a compreensão das perspectivas deste novo campo de investigação se encontra no trabalho de RAGO, Margareth (UNICAMP), publicado com o título "Do Cabaré ao Lar". Partindo, principalmente, de dados que chegaram até nós via imprensa anarquista, a autora reconstitui o processo de lutas entre burgueses e anarquistas, através do conflito permanente entre o projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses e o processo de resistência dos trabalhadores que tentam preservar suas tradições, seus valores, seus costumes e sua atividade tradicional.

A autora analisa os mecanismos de disciplinarização no interior das fábricas e em seguida mostra como estes mecanismos se estendem a todos os instantes do cotidiano do trabalhador: no lar, nas horas

11. RIBEIRO, Maria Alice R. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1810-1930)*. UNICAMP, 1980.

12. ALÉM, Silvio Frank. *Os trabalhadores e redemocratização*. UNICAMP, 1981.

13. DE DECCA, Maria Auxiliadora G. *A vida fora das fábricas - cotidiano operário em São Paulo - 1927-1934*. UNICAMP/83.

14. CAMPOS, Cristina H. *O sonhar libertário*. (Movimento Operário de 1917-1920). UNICAMP, 1983.

15. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

16. LOPES, Eliane S. *Fragmentos de mulher* (Dimensões da Trabalhadora 1900/1922). UNICAMP, 1985.

17. MACIEL, Cleber S. *Discriminações raciais - negros em Campinas (1888/1926)*. Alguns aspectos, UNICAMP, 1985.

de lazer, no campo da moral, nas escolas, nas vidas operárias e até nos seus hábitos "bárbaros", perniciosos e tradicionais.

Tratando, também, sobre os trabalhadores urbanos na Primeira República, CRUZ, Heloisa É. (UNICAMP) analisa o processo de organização do mercado de trabalho, coloca como a questão da disciplinarização da massa de trabalhadores ativos e despossuídos (classes perigosas) faz emergir a instituição policial e seus aparelhos (contingente, penitenciárias, cadeias públicas) como uma das agências capazes e necessárias ao projeto burguês de controle das classes trabalhadoras.

Uma outra obra que constitui um bom exemplo desta produção em questão diz respeito ao estudo de CHALHOUB, Sidney, "Trabalho, Lar e Botequim" (Universidade Federal Fluminense). Tendo como objeto de investigação a questão da configuração das práticas ou mecanismos de controle sobre a classe trabalhadora, na sociedade carioca do início do século XX, o autor procura reconstituir aspectos da vida cotidiana de diversos agentes sociais a partir de suas próprias representações. Assim, busca compreender o controle social a partir da disciplinarização no trabalho que se estende às relações familiares, aos locais de lazer, tais como o botequim, e às diversas formas de resistência.

O desenvolvimento destes novos trabalhos tem levantado uma série de questionamentos da maior importância para a produção historiográfica brasileira e especificamente para a História Social. O primeiro deles se refere à questão da posição ocupada pela História Social no quadro de especializações e hierarquias intra e interdisciplinares.

Tradicionalmente, a maior parte dos estudos acadêmicos têm sido elaborados em torno de um esquema fragmentado que tende sempre a separar as diversas esferas do objeto histórico: o político, o econômico, o social, o cultural, etc... Assim, o social, enquanto objeto de estudo do historiador, aparece fragmentado e rotulado, cabendo à História Social tratar de um destes fragmentos.

Esta postura é bastante discutida, hoje, por historiadores de diversos países, que se negam a encarar a História Social como uma disciplina especial, uma especialização. Neste sentido Déa FENELON cita, por exemplo, HOBBSAWN, ao afirmar que "os aspectos sociais do ser humano não podem ser separados dos outros aspectos do seu existir... dos modos pelos quais os homens constroem o seu viver e se relacionam com o meio ambiente... não podem ser separados de suas idéias (por exemplo) uma vez que suas relações uns com os outros

são expressas em linguagem, o que implica conceitos"... Ou, ainda-DUBY, ao dizer que "História Social é de fato toda a História"¹⁸.

Se DUBY tem razão ou não ao fazer esta afirmação, nós, aqui no Brasil, ainda não sabemos, pois esta questão ainda não foi enfrentada pelo nosso meio acadêmico e, como diz Déa FENELON, esta nova forma de encarar a História Social, aqui, pode ser considerada como uma "rebeldia dos historiadores contra a dominação da História Política no sentido tradicional"¹⁹.

A grande maioria dos trabalhos acadêmicos produzidos de 70 para cá se restringem ao tratamento de temas ligados à Política tradicional do país. As tentativas de mudanças curriculares no 1º, 2º e 3º graus, visando à possibilidade de novas abordagens, encontram inúmeras resistências. Um exemplo disto, a polêmica estabelecida em torno da elaboração da nova Proposta Curricular para o ensino de História de 1º e 2º Graus em São Paulo. Esta proposta trazia em si uma tentativa de rompimento com os paradigmas históricos instituídos, criando possibilidades de elaboração de conhecimentos novos, a partir de novas leituras, de novas abordagens. E, por isto, o debate foi extremamente dificultado tanto por setores de direita como também de esquerda, que ainda não conseguem conviver com a diversidade e o pluralismo.

Uma outra questão que se coloca, hoje, é se os estudos destes novos temas são capazes de "dar conta" da compreensão da totalidade histórica, ou se deve haver uma convivência entre "novos" e "tradicionais" temas. A dificuldade ao lidar com estes novos temas e as próprias limitações destes estudos se devem, a meu ver, à imaturidade dos estudos teóricos, às limitações dos campos de investigação, além, é claro, das resistências às matrizes teóricas que poderiam ampliar o entendimento e avanço da História Social.

Sobre isto, por exemplo, Marilena CHAUI, numa mesa redonda, no último Congresso da ANPUH, realizado na PUC de São Paulo, criticou com veemência o fato de começarem a aparecer no nosso meio acadêmico críticas à Historiografia Social Inglesa, especificamente a THOMPSON, sem ainda sequer termos lido suas obras de forma satisfatória.

Neste sentido, preocupado com a temática da classe operária, Bóris FAUSTO expõe, em uma revisão do tratamento ao tema, alguns pontos ao debate. Segundo ele, "a exploração destes novos caminhos é de inegável importância. Através dela vamos saindo de um mar de

18. FENELON, Déa. *Trabalho e História Social: história de classe ou história do povo?* São Paulo, PUC, mimeo/p.10.

19. FENELON, Déa, op. cit., p.14.

preconceitos e verdades sabidas. Aprendemos ou recuperamos constatações de que obviamente uma sociedade desigual não se nutre apenas de desigualdades de classe ou de raça, de que a análise formal de manifestações nos diz tanto ou mais acerca de seu sentido do que objetivos racionais expressos, de que as classes dominadas podem encontrar formas organizatórias não redutíveis aos sindicatos ou aos partidos, de que as representações simbólicas e as determinações materiais advindas da vida como ela é no dia-a-dia do trabalho e fora dele mostram uma classe operária bem diversa da teleologia militante..."

Entretanto, continua Bóris FAUSTO, "a volta às questões clássicas na temática da classe operária tem sua razão de ser. Em primeiro lugar, porque estas questões são centrais para o entendimento não só dos destinos específicos de uma classe social, como da própria formação do Brasil contemporâneo. E, em segundo lugar, porque o volume do trabalho realizado, o acúmulo de conhecimento e de ilusões desfeitas justifica, não um, mas vários balanços do estado atual das questões"²⁰

Algumas destas questões "centrais", são, por exemplo, segundo o autor, as relações entre Estado, Burguesia Industrial e Classe Operária. Sem dúvida, o autor propõe uma retomada de abordagens das práticas institucionais privilegiadas nos estudos clássicos sobre classe trabalhadora.

Esta postura, indiscutivelmente, nos remete a uma discussão da historicidade do conceito de "classe" e das dimensões da construção/reconstrução da história da classe operária entre nós. Os estudos sobre classe operária que se situam na linhagem da História Social tentam não se restringir às análises das práticas institucionais, mas recuperar as múltiplas situações vividas pela classe, o que significa recuperar a diversidade de experiências e relações sem fragmentá-las em econômicas, políticas, culturais, etc...

Isto implica em "reconhecer a complexidade e variabilidade das forças que dão forma e sentido ao cotidiano da luta de classes, para podermos entender processos mais amplos de consciência, opções, orientações e direções tomadas pelos trabalhadores no seu viver, não como etapas necessárias e sucessivas, mas para entender que é neste constituir da classe, nestas atividades e nestas possibilidades que se definem os processos sociais, constitutivos que são todos eles de situações específicas e diferenciadas"²¹

20. FAUSTO, Bóris. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão In: *Novos Estudos CEBRAP*, 20. São Paulo, CEBRAP, 1988.

21. HAUPT, Georges. Por que a História do movimento operário? In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Marco Zero/ANPUH, nº 10, 1985.

Pensar, pois, a formação social do Brasil contemporâneo representa pensar os destinos da classe operária inseridos num espaço de dominação burguesa, onde os processos de resistência não passam apenas e necessariamente pelas práticas institucionais: sindicatos, partidos, legislação e Estado. É necessário ir além, e buscar a heterogeneidade do social.

A segunda justificativa de Bóris FAUSTO, referindo-se "ao acúmulo de conhecimento e às ilusões desfeitas", nos leva a indagar o significado político da produção acadêmica, não só sobre a classe operária, mas de toda História Social. Para quem e para que estas histórias? A quem interessam, por exemplo, estes novos estudos? Aos trabalhadores, de um modo geral, ou apenas aos intelectuais desiludidos politicamente?

Estas indagações estão presentes para todos aqueles que buscam apreender a realidade social, dando inteligibilidade às situações vividas, pelos diversos segmentos e devem servir de liame no debate, no diálogo entre as diversas formas de pensar esta realidade, no sentido de construir novas práticas.

Resta pensarmos se, após anos de autoritarismo, caracterizados, como diz Rouanet, por "latência e amnésia parcial com relação ao passado", devemos (como tem acontecido) trazer à tona os temas que já haviam sido tratados antes de 64, repetindo protótipos, na ilusão triunfal de estarmos desbravando novos continentes; ou nos abirmos para o novo e aprendermos com ele?

Não se trata de cair na tentação do debate história tradicional x história social, mas de compreender que "sacrificar o estudo de uma realidade multiforme, complexa e rica, é o mesmo que sacrificar o essencial da história do movimento operário, o conhecimento de sua experiência duramente adquirida do qual ele continua ainda privado"²².

Neste contexto, não há espaço para conformações e, sim, para a retomada de um processo indagativo livre, que possibilite a (re)construção de nossa(s) História(s).

BIBLIOGRAFIA

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CORREA, Carlos H. *Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em História, 1973-1985*. Florianópolis, UFSC, 1987.

22. HAUPT, Georges, op. cit., p.289.

- CRUZ, Heloisa de Faria. Mercado e política. São Paulo, 1890-1913. In: *Revista Brasileira de História*. 14. São Paulo, Marco Zero, ANPUH, 1987.
- DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FAUSTO, Bóris. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 20. São Paulo, CEBRAP, 1988.
- FENELON, Déa R. Trabalho cultural e História Social: perspectiva de investigação. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC, nº 4, junho de 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- GOMES, Angela C.. Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Novas perspectivas de análise. In: *Boletim ANPOCS, BIB 24*. Rio de Janeiro, BIB, 1987.
- LE GOFF e outros. *A nova História*. Lisboa, Edições 70, 1977.
- LOPES, José Sérgio L. Anotações em torno do tema: "Condições de vida na literatura sobre classe operária". In: MACHADO e SILVA (org.). *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- MOTA, Carlos G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ática, 1980.
- PAOLI, Maria Célia e outros. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, nº 6, 1984.
- PINHEIRO, Paulo S. Trabalho industrial no Brasil: uma revisão. In: *Estudos CEBRAP 14*. São Paulo, CEBRAP, 1975.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- ROUANET, Sérgio P. *As razões do Iluminismo*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.